



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº 66 DE 2014
(do Sr. Assis do Couto)

Requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de discutir a situação do povo Saharauí, a última colônia africana, que luta por mais de 35 anos pela sua independência.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de discutir a situação do povo Saharauí, a última colônia africana, que luta por mais de 35 anos pela sua independência, com a participação dos senhores (as) convidados:

- 1) Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro das Relações Exteriores;
- 2) Hache Laarosi, Ministro para América Latina da República Saharauí;
- 3) Mahamed Laarosi, Embaixador do Governo de Saharauí;
- 4) Laura Daudén, renomada jornalista brasileira;
- 5) Régis Rosing, jornalista da Rede Globo;
- 6) Rafael Freitas, jornalista da Rede Globo;
- 7) Marcelo Bastos, repórter cinematográfico da Rede Globo;
- 8) Javier Barden, renomado ator espanhol, que luta pelas questões de Saharauí.

JUSTIFICATIVA

Na defesa de direito reivindicado pelos saharauí, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias junta-se à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para realizar amplo debate sobre a questão em audiência pública a ser realizada o mais breve possível.

Situada ao norte da África, a República Árabe Saharauí Democrática (RASD), chamada também de Saara Ocidental, é considerada uma Nação sem Estado, ocupada pelo Marrocos em 1979. A luta do povo saharauí, a exemplo dos palestinos e dos milhões de refugiados no planeta, é uma história pouco conhecida dos brasileiros.

O povo saharauí é antigo e o território que reivindica por séculos foi ocupado por outros povos. Em 1912, o Marrocos foi ocupado pela França e a Espanha ficou com a região norte, do Sahara Ocidental, onde viviam os saharauí. Em 1956, o Marrocos conquistou a independência dos franceses, mas a parte espanhola permaneceu colônia, e o povo saharauí continuou sua luta em busca de libertação. Por conta disso,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

em 1973 foi criada a Frente Popular de Libertação de Saguia-El-Hamra e Rio de Ouro (Frente Polisario), que passou a liderar a luta na região ocidental.

Quando as tropas espanholas saíram do território, em 27 de fevereiro de 1976, a Frente Polisario proclamou a República Árabe Saharaui Democrática. A seguir, o governo marroquino organizou marcha de ocupação sobre o território, o que obrigou a retirada em massa dos saharauí. Parte buscou abrigo na Argélia e outra parte seguiu lutando.

Desde então, resoluções das Nações Unidas, da União Africana e um acórdão do Tribunal Internacional de Justiça de Haia reconheceram o direito à autodeterminação dos saharauí, entendendo que não há registro jurídico ou histórico de soberania do Marrocos sobre aquele território. De acordo com a Frente Polisario, mais de 80 países do mundo reconhecem a RASD.

Hoje, o governo marroquino se recusa a aceitar a autodeterminação dos saharauí. No final dos anos 80, com a intermediação da ONU, o governo do Marrocos e a Frente Polisario firmaram acordo para retirada de tropas e realização de plebiscito para que o povo escolhesse entre a independência ou a anexação ao Marrocos. O acordo nunca se concretizou.

Diante da intransigência, o Marrocos deu início a construção de um muro, que pouco se conhece, dividindo a região do Saara Ocidental. O “muro da vergonha” do Saara Ocidental tem mais de dois mil quilômetros e é acompanhado por uma missão de paz da ONU.

Hoje, parte dos saharauis, sem poder ocupar seu território, vive em terras cedidas pela Argélia, na condição de refugiados em acampamentos precários. Na Internet, existem vídeos em que é possível conhecer as terríveis condições de vida dessas pessoas nos acampamentos no meio ao deserto. É por isso que a Frente de Libertação insiste na busca de solidariedade mundial e no reconhecimento da República Árabe Saharaui Democrática como um Estado independente.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 2014.

Deputado ASSIS DO COUTO
(PT-PR)